

3

A família

3.1

Da parentalidade à filiação

“(…) a família é ao mesmo tempo o lugar de inscrição da criança numa genealogia e numa filiação, inscrição necessária à constituição de sua identidade e de seu processo de humanização, e o lugar de confronto de três diferenças fundadoras com que todo psiquismo humano deve deparar e resolver: a diferença de si e do outro (a alteridade), a diferença de sexos e a diferença de gerações”(HOUZEL, 2006, p.51).

Para falarmos de parentalidade é necessário, antes, uma breve observação a respeito de como a família vem sendo representada na sociedade atual. Podemos perceber que uma série de fatores, em especial, o grande número de divórcios e a entrada da mulher no campo profissional, proporcionaram mudanças significativas na estrutura familiar. O modelo de família tradicional, que havia anteriormente, se modificou. A existência de novos arranjos familiares revelou diversos efeitos na estrutura familiar contemporânea. Entretanto a família continua sendo o suposto lugar de garantia e proteção dos filhos, exercendo uma função socioafetiva além de atuar como intermediária no processo de transmissão, tornando mais perceptíveis as possibilidades de transformação no ato de transmitir (Magalhães e Féres-Carneiro, 2007).

Com isso, percebemos claramente a dependência socioafetiva do ser humano em relação à suposta segurança que a estrutura familiar possa lhe oferecer. Vemos a sociedade preocupada em se reorganizar em novos arranjos familiares ainda que, depois de separações traumáticas, perdas familiares, constatação de infertilidade ou a chegada de um novo membro, biologicamente ou por adoção. Segundo Elizabeth Roudinesco (2002),

“A concepção Freudiana da família, como paradigma do advento da família afetiva, apoia-se em uma organização das leis da aliança e da filiação que, embora instituindo o princípio do interdito do incesto e da perturbação das gerações, leva todo homem a descobrir que tem um inconsciente e portanto que é diferente do que acreditava ser, o que o obriga a se desvincular de toda forma de

enraizamento. Nem o sangue, nem a raça, nem a hereditariedade de seu destino. (p.89)

Tendo em vista as grandes mudanças de comportamento pelas quais as sociedades contemporâneas passam, foi inevitável que surgisse um novo conceito de família. Por mais libertário que seja o comportamento dos integrantes das novas reorganizações familiares, a maioria arroga-se o título de “família”. Dentro desses novos universos familiares surgiram novas formas de construção de parentalidade e do processo de filiação, quer por meios complexos e, na maioria das vezes, de forma coletiva. Ainda citando Roudinesco (2002),

“Não basta portanto definir a família de um simples ponto de vista antropológico; é preciso também saber qual a sua história e como se deram as mudanças que caracterizam a desordem de que parece atingida na atualidade.” (p.17)

Segundo Gomes e Levy (2009) a existência de diversas configurações familiares e filiações complexas revela a significativa e crescente importância do aspecto simbólico de toda filiação, através da qual, a criança deixaria de ser objeto da necessidade parental e ascenderia à condição de sujeito, inscrevendo-se numa cadeia de desejos, expectativas e fantasias. O reconhecimento de um filho só se efetiva, verdadeiramente, por meio de sua inscrição em uma linhagem, sua inserção em uma organização genealógica, de modo que a transmissão de sua história permita-lhe construir um futuro.

Myrian Szejer (2002), abordou aspectos relativos à mulher, ao homem, ao casal e ao bebê, enfocando a vivência emocional de diversas existências antes da chegada do filho, denominados de pré-história da criança. Segundo a autora, “a Pré-história da criança trata da história do homem, da mulher e do casal que eles formam, desde o seu encontro até o projeto comum, ou não, de gravidez” (p.188). Assim, vemos que, antes da chegada da criança, os pais percorrem um longo caminho, a partir do encontro de duas linhagens e de duas histórias familiares, constituindo uma nova formação psíquica. É nesse caminho, que precede a criança, que o inconsciente se estrutura a partir de palavras, de não ditos e da história singular, dentro do qual a criança surgirá.

Podemos dizer que é da história individual de cada um dos pais que terá início a história da criança. O desejo de ter filhos, de formar família e os cuidados

maternos e paternos, estará relacionado a uma reatualização de fantasias, vinculado à maneira como cada um deles, os pais, lidou com suas questões infantis. Todas essas questões têm um peso sobre a constituição do *infans*.

Freud em seu trabalho “Sobre o narcisismo” (1914) ressaltou a idéia da transmissão psíquica quando descreveu o indivíduo com dupla existência, tentando se ajustar aos membros da família, com a missão de cumprir com os sonhos e os desejos não realizados dos pais. Assim, cada sujeito faz parte de uma cadeia, na qual estão presentes as gerações anteriores e seus contemporâneos. O indivíduo é, em si mesmo, seu próprio fim, porém se encontra vinculado a uma corrente geracional, como elo de transmissão, sendo beneficiado herdeiro da mesma.

Kaes (2004) descreveu a transmissão psíquica como a divisão do eu decorrente de sua alienação na psique “de um outro, de mais de um outro”. O sujeito da herança é dividido entre ser um fim em si e ser o elo da cadeia intersubjetiva à qual está ligado. As configurações de objetos psíquicos, como as representações, os afetos e as fantasias, são transmitidas munidas de seus vínculos, incluindo sistemas de relações de objeto. Certos membros do grupo que precede o sujeito mantêm-no numa matriz de investimentos, predis põem sinais de reconhecimento, designam lugares, apresentam objetos de satisfação, oferecem meios de proteção e ataque, traçam vias de realização e enunciam limites e interditos. Sustentam o recalçamento de representações, a supressão de afetos e a renúncia pulsional no herdeiro. O sujeito é nomeado, representado e situado segundo o desejo dos porta-vozes do desejo, interditos e ideais do grupo.

O autor reconhece a importância do que é herdado dos antepassados e que constitui a riqueza dos costumes, crenças e tradições. Explica as duas formas distintas da transmissão psíquica, caracterizando a transmissão intergeracional como aquela que inclui um espaço para a elaboração do material psíquico, transmitido pela geração mais próxima e que, transformado, passará à geração seguinte. Por outro lado, a transmissão transgeracional, se refere a um material psíquico da herança genealógica não transformada e não simbolizada; neste caso, não há metabolização do material transmitido; o que ocorre são vazios e lacunas na transmissão, e que atravessam por diversas gerações.

Nas transmissões intergeracionais, o sujeito não é somente beneficiário, herdeiro, mas também adquirente singular daquilo que lhe é transmitido. Esse processo é estruturante e nuclear na existência de um espaço de transmissão transformada. Nas transmissões transgeracionais, o sujeito é herdeiro de histórias colapsadas, coladas umas às outras, histórias que estão sob o predomínio da repetição e do narcisismo. Além disso, ele é receptor singular de uma transmissão defeituosa, e que, por estar dominado pela dependência de seu apego aos pais, bem como sua necessidade de ocupar o lugar que lhe é determinado, tentará, por todos os meios, libertar-se desse fardo (Käes, 1993).

Assim, para Lebovici (2004), o processo de parentalidade inicia-se pela criança que os pais idealizam e está presente no imaginário de cada um. A criança antes mesmo de vir ao mundo já tem uma história repleta de expectativas da qual sua existência começa ser formada. A mãe escolhe um nome possuidor de inúmeros significados, relacionado de maneira inconsciente com a criança, que será portadora de toda essa herança. Tudo isso será importante para o futuro da criança. E, quando a criança chega, a mãe se vê com o bebê real e o imaginário, portadores da história transgeracional.

Deste modo, Lebovici (1995) postulou a existência de três bebês na mente materna. O primeiro seria o bebê edípico, o mais inconsciente de todos, o bebê da fantasia, fruto da história edípica da mãe e de seus desejos infantis. O segundo seria o bebê imaginário, construído durante a espera da chegada do bebê, o bebê dos sonhos diurnos e das expectativas, o produto do desejo de maternidade. Por fim, o terceiro seria o bebê propriamente dito, aquele que a mulher segurará nos braços depois do nascimento.

Bydlowski (2002) diferenciou o “desejo de gravidez” do “desejo de ter filhos”. Segundo a autora, o “desejo de estar grávida” estaria relacionado a um objetivo em si mesmo, o de experimentar o sentimento de plenitude relacionado à gestação. Atribui-se o “desejo de ter filhos” a um desejo inconsciente relacionado à elaboração da feminilidade, à sexualidade, às representações da maternidade, implicando poder ir além da gravidez e pensar no filho como disitinto de si. É o desejo consciente de ser mãe, na busca da perpetuação da espécie e de se estender em heranças várias.

Freud (1931), em seu artigo ‘A sexualidade feminina’, nos fez entender que, durante a fase do complexo de Édipo normal, a menina está ternamente ligada a seu pai, enquanto seu relacionamento com sua mãe é predominantemente hostil. Porém, anterior a isso, é na fase pré-edipiana que a menina tem uma *ligação exclusiva* com a mãe, sendo que muitos dos fenômenos da vida sexual da mulher poderiam ser explicados por referência a essa fase, quando as relações libidinais da menina com a mãe se manifestam podendo ser ambivalentes, recheadas de carinho e hostilidade.

Para Freud, o afastamento da filha em relação à mãe constitui um passo importante na trajetória do desenvolvimento afetivo e emocional de uma menina. É algo mais que uma mudança de objeto, é um caminho aberto para o desenvolvimento da feminilidade, desde que não haja impedimentos remanescentes da ligação pré-edipiana à mãe, ligação essa que se supõe já ter sido superada. É o momento de sua introdução na vida sexual. Esse afastamento da menina em relação à mãe tem início quando a vinculação com o pai começa a dar os primeiros passos, sendo acompanhada de sentimentos de hostilidade para com a mãe que não lhe proveu um pênis, colocando-a num mundo em desvantagem frente aos meninos.

Mais adiante, em seu artigo de 1932, “Feminilidade”, Freud ressalta o fato de que o desejo que leva a menina a aproximar-se do pai está relacionado ao desejo de possuir um pênis que esperava obter dele. Essa “inveja do pênis” marca o desenvolvimento sexual da menina até a feminilidade, simbolizado como marca do psiquismo da mulher.

Para Freud, essa situação só se estabelece quando surge o desejo de ter um filho, isto é, “se um bebê assume o lugar do pênis, consoante uma primitiva equivalente simbólica” (p.128). Com isso, o filho surge como o abandono da posição fálica e como indicador do desenvolvimento da sexualidade normal e a ênfase de ter um filho é colocada no projeto de ficar grávida, e o antigo desejo de possuir um pênis está desse modo, na feminilidade alcançada.

Lebovici (2004) relaciona a idéia de gravidez ao narcisismo primário dos pais permitindo-lhes que sejam bons pais, e se satisfaçam no exercício de sua parentalidade. Por meio da estimulação do narcisismo primário, a tendência é dar a seus pais, uma criança de si mesmo, definindo assim a parentalidade. Significa

dizer que “para ser um pai ou uma mãe, tem de demonstrar aos filhos o sentimento de serem crianças desejadas” (p.22). A criança, ainda que totalmente dependente, é também o bebê onipotente, narcísico, porque a mãe está integralmente à sua disposição nos primeiros dias de vida. É o narcisismo primário que dá sentido próprio à criança, permitindo que se sinta viva, mesmo quando não dispõe dos cuidados maternos. É por meio desses cuidados parentais que se dá a representação dos pais para a criança no início da vida.

Dando seqüência a seu pensamento, Lebovici afirma que o processo de parentalização engloba a criança imaginada, que é fruto da história transgeracional dos pais, e responsável pelo mandato do destino da criança que poderá se modificar no futuro, caso os conflitos não sejam tão rígidos ao longo de sua vida. Quando os conflitos tornam-se muito rígidos, com demasiada intervenção por parte dos pais, a criança “não poderá estabelecer laços de parentalização suficientes” (p.23).

É comum aos autores citados a ideia de que a segurança no estabelecimento dos vínculos de filiação ensejam à criança a construção de novos laços. A certeza de que ocupa o lugar central na vida dos pais desperta na criança a confiança na sua capacidade de amar e ser amada e vislumbrar para si um futuro seguro. Essa segurança, entretanto, pode ser comprometida quando os vínculos familiares são fragilizados por sucessivos conflitos, gerando ou não, rupturas, submetendo a criança e os pais a um eterno recomeçar.

3.2

A relação mãe-bebê e o desenvolvimento emocional da criança

“Talvez as melhores mães adotivas sejam aquelas que não pretendem, em primeiro plano, resolver suas carências e incompletudes, mas mulheres bem desenvolvidas emocionalmente, que possam estar interessadas em dar atendimento às necessidades da criança” (LEAL, 2004, p.299).

De acordo com a teoria psicanalítica, os primeiros anos de uma criança são de extrema importância para a constituição de sua subjetividade. Enquanto a mãe carrega o bebê no seu ventre, ela atua como complemento biológico permitindo o desenvolvimento físico da criança iniciando assim, uma relação com

seu bebê. Como ser totalmente dependente, a criança necessitará da mãe ou de uma cuidadora que exerça os cuidados necessários para a sobrevivência do bebê recém-nascido. Esta relação entre mãe e bebê estará diretamente ligada à constituição de um novo sujeito. Com a finalidade de entender melhor este tipo de relação, citaremos alguns autores da psicanálise que abordaram o tema.

Segundo Freud (1895), o nascimento de um ser humano está marcado pelo desamparo primordial, visto que, o bebê cai num vazio eterno vivenciando a separação dos corpos. Freud (1895) em “Projeto para uma psicologia científica” indica a necessidade da criança com relação ao outro exterior para sua sobrevivência, e, ao relatar a primeira experiência de satisfação, o momento que a mãe alimenta seu bebê e, ao mesmo tempo, o nutrir com amor, afirma que o organismo humano é incapaz de realizar uma ação específica, ou seja, o conjunto do processo necessário à resolução da tensão interna. Como cita Freud:

“O organismo humano é, a princípio, incapaz de promover essa ação específica. Ela se efetua por *ajuda alheia*, quando a atenção de uma pessoa experiente é voltada para um estado infantil por descarga através da via de alteração interna” (p.370).

Para Freud, a experiência de satisfação é importante para a estruturação e funcionamento do aparelho psíquico, servindo como ponto de partida para se pensar como o sujeito é introduzido na ordem simbólica e como se constitui o sujeito humano. Assim, a experiência de satisfação é analisada pela ordem do desejo, marco fundamental da teoria freudiana que postula a relação do ser com a privação.

Ao descrever a condição do desamparo infantil, Freud defendeu a impossibilidade de o bebê recém-nascido efetivar a ação específica, colocando-o no lugar de absoluta dependência da mãe que de alguma maneira, nomeia, interpreta e promove o que ele necessita. Ao nascer, o bebê encontra-se desprovido dos atributos necessários referentes à sua sobrevivência, precisando de uma assistência externa, de uma mãe que o amamente, que cuide de sua higiene, que converse com ele e dê sentido a tudo que lhe rodeia. Freud afirma que não existe a possibilidade de sobrevivência sem a ajuda de um adulto e assim descreve a experiência de satisfação afirmando que:

“Quando a pessoa que ajuda executa o trabalho da ação específica no mundo externo para o desamparo, este último fica em posição, por meio de dispositivos reflexos, de executar imediatamente no interior de seu corpo a atividade necessária para remover o estímulo endógeno. A totalidade do evento constitui então a *experiência de satisfação*, que tem as consequências mais radicais no desenvolvimento das funções do indivíduo” (p.370).

O encontro entre o bebê e a mãe, marca a presença do outro, responsável pelas primeiras marcas fundantes do processo de subjetivação. Inicialmente, os movimentos do bebê são apenas reflexos espontâneos, que geram traços, uma memória primordial que funda sua subjetividade. Esses reflexos vão, pouco a pouco, ocupando um espaço diferenciado no imaginário da mãe. Quando o bebê chora e a mãe busca descobrir do que ele necessita, este bebê é reconhecido através do olhar da mãe, pelos movimentos que faz e à medida que vai crescendo, sente a expressão da extrema alegria da mãe.

Freud (1914) em “Sobre o narcisismo uma introdução”, vai confirmando o papel importante do narcisismo dos pais, explicando que se observarmos o amor dos pais para com os filhos, reconheceremos que tal atitude é um retorno e reprodução de seu próprio narcisismo, que de há muito deixaram para traz. A criança será realmente o centro das atenções, “Sua majestade o bebê”, concretizando os sonhos dourados que os pais jamais realizaram e compensando suas frustrações.

“o amor dos pais, tão comovedor e no fundo tão infantil, nada mais é senão o narcisismo dos pais renascido, o qual, transformado em amor objetal, inequivocadamente revela sua natureza anterior” (p.98).

Os pais atribuem ao filho suas perfeições e ideais, projetando todos os sonhos a que eles mesmos tiveram um dia que renunciar. É por meio do narcisismo dos pais que o bebê vai construir a base do ideal do eu, que, por sua vez, absorverá, no decorrer do desenvolvimento, os ideais preconizados pela sociedade na qual está inserido e tornar-se-á subsídio da construção do sujeito.

Destacamos em nossa análise o pensamento de Lacan (1936), no texto “Estádio do espelho”, afirmando que o Eu se constrói à imagem de um outro ser. Momento em que o *infans* conquista a imagem de seu próprio corpo. Segundo Lacan, esse acontecimento tem início a partir da idade de seis meses,

conservando-se até os dezoito meses. É nessa etapa de vida que percebemos o bebê diante do espelho, ainda sem total controle sobre seu corpo, tentar resgatar um aspecto instantâneo da imagem.

“Basta compreender o estágio do espelho *como uma identificação*, no sentido pleno que a análise atribui a esse termo, ou seja, a transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem – cuja predestinação para esse efeito de fase é suficientemente indicada pelo uso, na teoria, do antigo termo *imago*” (p.97).

Ao observar sua imagem especular, o bebê ainda não tem nenhuma imagem constituída de si, apresentando uma discordância primordial, gerada entre a descoordenação motora e sua maturidade visual, que o precipita numa dinâmica esfacelada de seu próprio corpo. Isso que dizer, o bebê não se vê unificado, mas sim partido em fragmentos com movimentos ainda precários. O reconhecimento da imagem no espelho como própria atesta essa discordância e simultaneamente a fragmentação, na medida em que possibilita a promoção antecipada de uma imagem gestáltica e ortopédica de si mesmo.

Lacan (1936) defende a ideia de que não existe ego anterior à identificação, sendo o ego constituído em função de uma identificação com o Outro. Para o autor não há ego até que o Outro, ou seja, aquele que exerce os cuidados do bebê, assim o demande. Deste modo, a identificação será o articulador que permitirá a constituição do ego, assim como, a primazia da imagem do semelhante na constituição do sujeito, através da assunção de uma imagem antecipatória e completa que o outro lhe devolve.

Quando o bebê nasce, ele não vivencia seu corpo como uma totalidade unificada, mas como algo disperso, fragmentado, que define as pulsões parciais. Primeiramente o bebê vê a mãe, na qual ele se vê a si mesmo, criando uma imagem que lhe permitirá fazer a conquista da imagem de seu corpo. O bebê é capturado primeiramente por esta imagem materna e, logo depois, pela sua própria imagem refletida no espelho que o alienará, para sempre nesse outro que é ele mesmo. No início, a imagem responde às leis do Outro, que proporciona ao bebê o princípio de alteridade, pois o semelhante é ao mesmo tempo Outro, assim como o Eu também é Outro.

É, através da identificação com essa imagem materna, que a estrutura do Eu será impulsionada. A mãe funciona, então, como esse espelho-outro, e como Outro, sempre que, aportam os significantes essenciais que possibilitam a promoção da imagem.

Esta experiência fantasmática do corpo fragmentado chega ao final na dialética especular, que culmina com a neutralização da dispersão angustiante do corpo. Quando não há a integração, sobrevém o fracasso das identificações primárias, ocorrendo um retorno à fragmentação do próprio corpo, além de uma impossibilidade de organizar a perda através da atividade fantasmática.

Assim, para que um bebê se identifique a uma imagem, é necessário que essa imagem o capte por meio de uma demanda. Essa demanda deve surgir a partir do amor materno, da mãe que deseje o bebê, que lhe dê carinhos e cuidados, de uma mãe que o pulse através das palavras “esse é você!” Portanto, para o desenvolvimento emocional do bebê, é de fundamental importância estabelecer laços de afeto com o Outro, ou seja, aquele que olha para o bebê.

Ampliando nossa análise, abordaremos Donald Winnicott, pediatra e psicanalista, que se aprofundou no primitivo do psiquismo, trazendo uma expansão no campo da psicanálise sobre o conceito do desenvolvimento emocional da criança sobre o prisma da relação mãe-bebê. Com sua experiência em hospitais cuidando de bebês e acompanhando as mães, Winnicott reconheceu a importância fundamental dos cuidados maternos no desenvolvimento psíquico-físico da criança e enfatizou a importância do meio ambiente.

O próprio Winnicott (1948) se alarmou quando se ouviu dizendo “Isso que chamam de bebê não existe” (p.165), e tentando justificar suas palavras acrescentou:

“Se vocês me mostrarem um bebê, mostrarão também, com certeza, alguém cuidando desse bebê, ou ao menos um carrinho ao qual estão grudados os olhos e ouvidos de alguém. O que vemos, então, é a “dupla amamentante”. (...) antes das relações de objeto as coisas são assim: a unidade não é o indivíduo, a unidade é o contexto ambiente-indivíduo. O centro de gravidade do ser não surge no indivíduo. Ele se encontra na situação global”. (p.165-166)

Com essa perspectiva, Winnicott considerou o bebê como uma estrutura ambiente-bebê, tendo a mãe como a responsável em prover todos os cuidados necessários para o seu desenvolvimento e permitir uma integração. Assim, o bebê

deixa de ser visto como uma unidade no início de tudo e passa a ser reconhecido como um indivíduo em absoluta dependência. Ele, bebê, nasce num estado de não integração e de total desamparo e se compõe de percepções sensoriais, de uma série de fases de motilidade, de pulsões e de pontencialidade para integração e desenvolvimento. É um momento de dependência absoluta do bebê em relação à mãe, período em que o psiquismo está em formação, nomeado “estado fusional inicial”.

Ao reconhecer a importância da mãe, que mantém a continuidade da linha de existência do bebê, Winnicott usou o termo mãe “suficientemente boa” para nomear a mãe que possibilita ao bebê a experiência de onipotência e, ao mesmo tempo instrumentaliza suas expressões de onipotência. É através dessas experiências que a mãe vai estruturando o ego dando ao bebê segurança psíquica.

Os cuidados maternos, a sensibilidade e a adaptação ativa da mãe às necessidades de seu bebê permitem prevenir as distorções precoces. O ego da mãe possibilita o surgimento e a estruturação do ego da criança que ainda não está constituído, oferecendo um ambiente favorável. Quando há ausência de uma mãe suficientemente boa, o bebê vive estados de angústia, que Winnicott chamou de “angústia de aniquilamento”. Essas angústias condensam a idéia de um desamparo externo.

O autor deu grande importância ao relacionamento do bebê com o seio materno destacando o fenômeno da integração para o avanço do desenvolvimento emocional. Segundo Winnicott (1945) o bebê tem “impulsos instintivos e idéias predatórias”. Uma importante contribuição realizada pela mãe ocorre quando ela oferece seu seio ao bebê saciando sua fome. O seio, objeto necessitado pelo bebê, primeiramente é apresentado e, posteriormente, alucinado pelo bebê.

“... o bebê tem impulsos instintivos e idéias predatórias. A mãe tem o seio e o poder de produzir leite, e a idéia que ela gostaria de ser atacada por um bebê faminto. Esses dois fenômenos não estabelecem uma relação entre si até que a mãe e o bebê *vivam juntos uma experiência*”. (p.227)

O bebê vem ao seio, com fome, pronto para alucinar algo que pode ser atacado. Quando aparece o seio real, ele pode então sentir que este seio era o que ele estava alucinando. Desta maneira, suas idéias são enriquecidas por alguns

detalhes reais de visão, cheiro, sensação e, em um momento seguinte, esses materiais serão usados na alucinação. Com esta atitude a mãe permite ao bebê a ilusão de controlar a realidade de forma onipotente, dando chance para a fantasia surgir antes da objetividade. O bebê vive a idéia, desde o primeiro momento, que foi ele quem criou o seio. Assim, o papel da mãe é ajudar a criança a construir a imagem psíquica do mundo externo, por meio de elementos da realidade.

Quando a mãe falha nessa contribuição logo no começo da vida do bebê, ela se torna intolerável e a ilusão é afetada. O bebê não percebe a falha, ele é a própria falha. Ele entra em contato direto e precoce com a falta de garantias a respeito da mãe e em relação às necessidades. É justamente no início da vida que a mãe é *vitalmente importante* na proteção de seu bebê, evitando complicações que ele ainda não pode elaborar.

Somente a partir de um dado momento, é que esta relação entre a alucinação infantil e os elementos da realidade fornecidos pela mãe devem funcionar de maneira incompleta. As falhas da mãe em sustentar as ilusões de onipotência do bebê permitirão que um processo gradativo de desilusão faça parte de sua vida. Além disso, se a mãe não funcionasse de forma incompleta o bebê vivenciaria um grande sofrimento quando houvesse momentos de separação, pois para ele, essa separação significaria a perda completa de proteção diante de um mundo real, hostil e assustador. Deste modo, o bebê pode vivenciar essas falhas da mãe, à medida que a mãe suficientemente boa permitiu, logo no início, a recuperação das vivências de horror que inevitavelmente o bebê sentiu. Essa introdução à ilusão ocorre de forma gradativa e na medida em que o bebê possa suportar.

Quando há um mau andamento neste processo, que serve para o bebê aprender a tolerar a falta essencial de proteção e de garantias, a criança se confronta, de forma precocemente, com sua incompletude. Podemos fazer uma relação ao estado de desespero quando se depararam com a dura realidade da ausência de um objeto todo-poderoso que tem o papel de mediar as relações do sujeito com um mundo que nem sempre atende aos seus desejos.

Mais adiante, Winnicott (1965) categorizou a função da mãe suficientemente boa em três qualidades da mãe-ambiente, nos quais o ambiente deve intervir para permitir a maturação do ego da criança: o *holding*, o *handling* e

o *object-presenting*. Essas três qualidades inserem-se nos primeiros dias de vida do bebê, no período em que a criança se encontra em dependência absoluta.

O *holding* é a maneira como a mãe acolhe seu bebê. É a capacidade de proporcionar um ambiente compatível com as necessidades da criança respeitando-a como um ser distinto dela própria. É através de um *holding* suficientemente bom que a mãe possibilita a integração de seu filho. É a qualidade do colo que permite ao bebê integrar suas sensações. No *holding* há uma função psico-fisiológica.

No início, tudo que o bebê vivencia é através do corpo, sendo o psiquismo formado por essas experiências corporais. O *handling* está relacionado ao manuseio do bebê, ao cuidado físico e à estimulação sensorial. A forma como a mãe, expressando seu amor, toca o bebê nos cuidados maternos do dia-a-dia, tais como o banho, o asseio corporal, desfrutando de todo o prazer que esse contato entre mãe e filho proporciona a ambos uma intimidade essencial para a construção de uma afetividade de incomparável importância. A personalização, a inauguração de uma “psique que habita o soma”, se realiza quando a mãe exerce o *holding* e o *handling*.

O *object-presenting* é a forma como a mãe se apresenta ao bebê. Através dessa mãe, a criança tem acesso aos objetos simples, depois a objetos progressivamente mais complexos e, finalmente, à sua dimensão. A relação de objeto da criança com a mãe define a afetividade relacional que pode ser alegre ou triste, tranquila ou ansiosa, agitada ou instável. A mãe partilha com a criança pequena um pedaço do mundo à parte mantendo-o suficientemente limitado para que a criança não fique confusa e aumentando-o muito progressivamente de forma a satisfazer a capacidade crescente de a criança fruir o mundo (Winnicott, 1957).

Winnicott deu mais ênfase ao *holding*, pois o relacionou ao acolhimento da mãe, à maneira como ela se envolve emocionalmente com o filho. Essa qualidade é a base de todos os aspectos mais complexos. Se no decorrer deste estágio a mãe não for suficientemente boa, será muito difícil o bebê se sentir integrado ao seu próprio corpo. Segundo o autor, a falha do *holding* proporciona uma fase inicial do desenvolvimento emocional da criança repleta de experiências afetivas aterradoras, desencadeando no bebê uma terrível sensação, causando-lhe um sofrimento intenso, como se ele estivesse caindo ou vagando pelo espaço,

perdendo a vivência de existir no próprio corpo de modo unitário. Ele vive a experiência de não poder se constituir como uma unidade, estruturando-se de maneira distorcida e impedido de desfrutar da dependência absoluta de modo prazeroso.

Para Winnicott, a mãe tem papel primordial no desenvolvimento emocional do ser humano. A forma como ela se comporta e se sente em relação a seu filho exercerá uma grande influência sobre a saúde do bebê.

Apesar de algumas diferenças entre os autores apresentados, observamos que há concordância entre os teóricos no que se refere às primeiras vivências entre a mãe e seu bebê. É de grande importância o estabelecimento de laços de afeto com o Outro, ou seja, aquele que olha para o bebê. Estas relações representam os meios pelos quais o desenvolvimento emocional da criança se estabelece, assim como suas futuras relações de objeto.

3.3

Os pais adotivos

“Imitar o que a biologia negou nos torna reféns de nossa natureza animal e finita, prisioneiros das opiniões alheias e dos preconceitos. A adoção nos liberta dos compromissos biológicos e permite o encontro com um ser especial que jamais poderíamos ter gerado, e que se torna tão essencial a nossas vidas”. (BITTENCOURT, S. p.23)

Através da história da humanidade, a geração de filhos só passou a ter caráter consciente muito recentemente. Durante milênios foi fruto quase que pura e simplesmente do instinto de perpetuar a espécie e aumentar o número de seres humanos, facilitando-lhes a sobrevivência. O fato de ter filhos como hoje o entendemos, numa sociedade que atribui à criança um estatuto, encarregando-a de realizar o futuro do adulto, confere à criança uma “missão” de compensar as frustrações paternas, vivendo aquilo que seus pais quiseram e não puderam viver. Seja qual for o papel que os pais em potencial possam atribuir a seus futuros filhos, é essencial que haja uma disponibilidade interna no casal para “tornar-se” mãe ou pai.

Segundo Bydlowski (2002), o desejo de ter filhos atribuiu-se ao um desejo inconsciente relacionado à feminilidade e à sexualidade, implicando poder ir

além da gravidez e pensar no filho como distinto de si. Segundo a autora, é importante refletir sobre a diferença entre “desejo de gravidez” e “desejo de ter filho”. O desejo de estar grávida pode estar relacionado a um objetivo em si mesmo, o de experimentar o sentimento de plenitude, relacionado à gestação. O desejo de ter filhos pode estar relacionado a dois significados, um consciente de ser mãe, ligado à perpetuação da espécie, e outro inconsciente, relacionado à elaboração da feminilidade, às representações da maternidade, ao lugar designado ao filho no inconsciente dos pais.

O mesmo acontece com o sonho de constituir família, fundamentado basicamente na demanda de um compartilhamento afetivo, de continuidade biológica e de reconhecimento social. A criança, então, nasce do narcisismo dos pais, que buscam nos filhos a possibilidade de concretizar seus próprios sonhos. Segundo Levi-Strauss (1986), a família é uma estruturação psíquica em que cada membro ocupa um lugar, uma função, sem que estejam, necessariamente, ligados por vínculos biológicos. A posição do autor corrobora a ideia de que a íntima ligação que se estabelece entre os membros de uma família não passa, única e exclusivamente, pela consaguinidade mas, sobretudo, pelas ligações afetivas, amorosas e pela troca de confiança (ou não) que se estabelece entre seus membros.

O fundamental para o sucesso de uma adoção é a estruturação do vínculo, não somente da criança com os pais adotivos, mas também da criança com o grupo familiar do qual será membro integrante e deste com a criança “a exemplo da operação de enxertar uma parte viva de um vegetal em outro vegetal, para neste se desenvolver como se desenvolveria na planta de onde saiu” na perfeita metáfora de Dirce Ferreira Cunha (2007).

Nesse processo de acolhimento, a origem da criança adotiva é minimizada uma vez que será construída uma nova história de vida, uma nova identidade, intimamente relacionada à família da qual fará parte. A imersão nessa nova situação não rompe, entretanto, com a anterioridade do ser, embora ocorra em profundidade maior do que o próprio rompimento biológico.

Dentre as motivações que levam os casais a recorrerem à adoção como uma opção de ter filhos, a maioria está diretamente ligada a situações dramáticas como a esterilidade de um ou de ambos os pais, à idade mais avançada que,

biologicamente, torna impossível uma gestação ou, ainda, à morte anterior de um filho. A experiência do sofrimento, vivenciada pelos pais adotivos, seja ela de qualquer ordem, torna-os mais sensíveis ao sofrimento oriundo do abandono de uma criança, fazendo da adoção o meio de responder às necessidades da criança e às suas próprias.

Segundo Schettini (1995) na relação homem-mulher, o filho representa o terceiro vértice que completa esse triângulo afetivo, dando sentido à existência do casal. Essa relação triangular fundamenta-se, reciprocamente, no apoio e harmonia, no dar e receber, constituindo uma verdadeira unidade. Essa unidade constroi-se apesar das diferenças individuais. A administração dessas diferenças, quando feita de forma harmônica e complementar, estrutura aquilo a que chamamos “família”, apesar das interferências nas relações interpessoais dos envolvidos.

Na maioria dos casos, a esterilidade é o fator preponderante na busca da adoção. Após longos períodos de espera, de tentativas frustradas, muitos casais tomam a decisão de adotar como última alternativa para realizar o sonho de ser mãe e de ser pai. Segundo Diniz (1993), a esterilidade sem solução provoca uma ferida narcísica muito difícil de ser elaborada, sendo acompanhada de alterações de sentimento, de identidade, exigindo a renúncia definitiva de um ideal, de uma realização pessoal de vida. O amor materno e paterno necessitam de um depositário e, na impossibilidade de dá-lo aos filhos biológicos, transferem-no aos filhos que buscam na adoção.

Para Tulha (1984a) a dificuldade de gerar filhos provoca um sentimento violento na pessoa e nos membros do casal que a enfrentam. Esta situação representa um ataque à auto-estima, uma afronta narcísica que os conduz a reviver de forma intensa a angústia da castração, dando espaço a uma possível crise dos cônjuges como indivíduos e como casal. Torna-se necessária a identificação dessas angústias relacionadas a essa questão, assim como, uma avaliação concernente aos sentimentos e fantasias que o casal tem em relação à adoção e ao lugar do filho na família, permitindo uma melhor adaptação mútua, abrindo espaço para o diálogo, a compreensão e o entendimento nos momentos mais difíceis.

Winnicott (1954), ao falar sobre a adoção, afirma que o fator de maior importância não está determinado pelas fantasias inconscientes ou desejos dos pais. A prioridade no momento da adoção está na capacidade dos pais adotivos de cuidarem da criança, adaptando-se às necessidades surgidas durante todo o tempo de sua vida e buscando soluções para os conflitos gerados. Para Winnicott, a família adotiva tem o papel de “tratar” a criança que sofreu “deprivação”. Esse tratamento só se efetiva em um ambiente confiável, que possibilita cuidados especiais nos quais os pais adotivos não ignoram o passado da criança e as marcas dos traumas vividos.

Bowlby (1984) afirmou que a privação, vivenciada por uma criança nos anos anteriores à adoção, pode acarretar sentimentos de angústia, exagerada necessidade de amor, fortes sentimentos de vingança e, conseqüentemente, culpa e depressão. Cabe aqui ressaltar o relevante papel dos pais adotivos ao compreender certas atitudes dessas crianças, oferecendo-lhes a segurança de que não serão abandonadas outra vez.

As possíveis e prováveis dificuldades que os pais adotivos podem encontrar são inúmeras e Steck (1991) destaca as que se apresentam com mais frequência que vão desde a frustração por não poderem procriar, até mesmo a impossibilidade de cumprir com uma cerimônia, seja ela social ou religiosa, como ocorre normalmente com o nascimento de um bebê.

O fato de não vivenciar uma gravidez, período em que se amadurece a ideia da maternidade e da paternidade, com apoio emocional de amigos e familiares, gera insegurança nos futuros pais que não viveram essa fase de elaboração, de espera e incorporação dessa nova condição. Tornam-se pais de uma criança estranha a qual, supõe-se, deverão amar como filho. Há que se considerar ainda a questão legal no processo de adoção, priorizando a fíziola da lei e relegando a um segundo plano as emoções dos pretensos pais.

O autor diz ainda que os pais adotivos sofrem quando não há um apoio necessário do meio em que vivem, sendo alvo, até mesmo, de críticas cruéis diante da sua decisão pelo acolhimento de uma criança com a qual não tenham laços de consanguinidade. Considera-se também que as lembranças que a criança possa ter dos pais biológicos soam como uma ameaça à sua condição de pais, acarretando-lhes insegurança.

Consoante com a posição de Steck, Levinzon (1999) afirma em relação aos pais adotivos que o pouco preparo emocional para lidar com a situação, tais como sentimentos de incerteza e de insegurança, medos, fantasias angustiantes, sentimentos de solidão diante da decisão de adotar e o medo de que a mãe biológica possa querer a criança de volta, geram neles uma intranquilidade, muitas vezes insuportável. No entanto, quando esses sentimentos e fantasias em relação à adoção, são reconhecidos pelos pais, há maior tranquilidade para lidar com as dificuldades diárias que serão vivenciadas ao longo de suas vidas.

Weber (2002) constatou em suas pesquisas com pais adotantes que estes têm receio de que a história passada da criança possa influenciar seu comportamento, dificultando sua integração à nova família da qual agora faz parte. Quanto mais preparados estiverem para aceitar a condição de pais adotivos, melhor será para a criança, lidar com a condição de filho adotivo.

Nesse processo de adaptação a criança poderá emitir sinais os quais, quando captados e decodificados adequadamente pelos pais, podem servir de instrumento para a compreensão das reais necessidades que a criança, ainda que inconsciente, tenta emitir como um pedido de ajuda. A aceitação e compreensão dos pais em relação aos atos anti-sociais por parte da criança, como manifestações de raiva, enurese noturna e até mesmo furto podem resultar em elemento facilitador para a construção de uma base sólida de confiança mútua, propícia à recuperação da criança.

Segundo Winnicott (1954) quando:

“a história inicial não foi suficientemente boa em relação à estabilidade ambiental, a mãe adotiva não está adotando uma criança, mas um caso, e, ao se tornar mãe, ela passa a ser a terapeuta de uma criança carente.” (p.117)

É importante que os pais adotivos reconheçam que a privação sofrida pela criança não foi causada por eles, mas ocorreu. Isso faz com que essa criança necessite de mais cuidados do que aquelas que não passaram por tais perdas.

Muitos pais nessa condição são alvo de um tratamento ríspido por parte dos filhos adotivos, pois estes sentem necessidade de um mergulho profundo na troca de emoções com seus pais, desejando experimentar até mesmo o ódio externo a eles. Como afirma Winnicott,

“Os pais adotivos descobrirão que eles próprios, periodicamente, tornam-se o alvo do ódio da criança. Terão de observar a raiva que a criança está começando a ser capaz de experimentar e de sentir, que está associada ao fracasso no próprio lar. É muito importante que os pais adotivos entendam isso, pois, caso contrário, sentir-se-ão desencorajados.” (1965, p.188)

O sucesso na interação entre os membros dessa nova família depende, sobretudo, da maneira como os pais absorvam tais agressões e as transformem em atitudes de acolhimento e afeto em relação à criança.

Outra situação importante a ser destaca refere-se ao fato de que quando as crianças que foram adotadas com mais idade e tiveram uma convivência com a família biológica ou na instituição percebem, muitas vezes, o desconforto de seus pais adotivos ao falarem de sua história de vida anterior à adoção, seja ela familiar ou institucional. Essa tentativa de fechar uma cortina sobre o passado da criança adotiva, ainda que seja um acordo não firmado de maneira tácita, impede o estabelecimento de laços de confiança mútua, essenciais para a construção de uma relação saudável entre pais e filhos. É importante que os pais adotivos possam vivenciar o processo de construção desse relacionamento de uma maneira franca e segura, aceitando as diferenças e os sentimentos ambivalentes surgidos nessa adaptação bilateral.

Levinzon (2000) acredita que alguns pais adotivos vivam constantemente com o sentimento de perder sua criança, como se a relação entre a criança e os pais estivesse continuamente correndo perigo. Conseqüentemente, esses sentimentos refletem no modo de agir com os filhos, privando-os dos limites necessários para seu amadurecimento emocional. Os pais hesitam em disciplinar a criança com o receio de não serem amados por esta. Segundo a autora, esses medos estariam relacionados a sentimentos inconscientes de culpa, fantasias de roubo e medo de retaliação. Esses medos, sobretudo o medo do arrependimento dos pais biológicos, querendo a criança de volta, muitas vezes impede que a relação com o filho adotivo transcorra de forma natural.

Há casos em que os pais adotivos tendem a desenvolver defesas, criando fantasias compensatórias, afirmando que são uma família natural, podendo haver nesse processo uma hostilidade com relação à mãe biológica ou uma exagerada desvalorização da importância da mãe que entregou o filho, numa tentativa de apagá-la totalmente da vida da criança.

Durante o processo de adoção, os pais adotivos vivem momentos de muita ansiedade e angústia. Os atrasos ocorridos nos processos legais, a falta de informação sobre a fila de espera e a morosidade da justiça acabam afetando o sucesso da adoção. Alguns casais desistem da adoção, outros começam a questionar se vale a pena a espera e tanto sofrimento. O tempo é indeterminado, ao contrário de uma gestação normal que leva apenas nove meses de espera.

“vários adiamentos e uma demora, talvez de meses, ou inclusive de anos, podem transformar a adoção numa coisa que deixou de ser boa, uma vez que os pais, embora ainda dispostos a fazer o que pretendiam, perderam aquela disposição especial para os cuidados a um bebê pequeno, uma disposição especial que haviam adquirido no momento certo, de uma maneira semelhante (embora muito menos intensa) à adquirida pelos pais biológicos depois de nove meses de espera”. (Winnicott 1945, p.127)

O confronto entre a expectativa de uma adoção consumada facilmente e os entraves burocráticos que envolvem esse processo frustram muitos casais, deixando-os sem os filhos desejados e muitas crianças sem os pais de que tanto necessitam.

Susana Schettini (2006), em seu artigo “famílias adotivas: identidade e diferença”, destaca a fundamental importância que os candidatos a pais têm de receber suporte psicológico no tempo de espera do filho, pois devem ser considerados “grávidos emocionalmente”, enfrentando os medos e as angústias deste período. Este apoio permite-lhes conhecer suas reais motivações conscientes e inconscientes, avaliando-as como legítimas ou inconsistentes e insuficientes. Através desse apoio, os pais tornam-se mais flexíveis quanto ao perfil do filho desejado, aceitando o filho “real”, com todas as suas especificidades, no lugar do filho “ideal”.

Diante da necessidade de um suporte psicológico, surgiram os grupos de apoio à adoção (GAAs) por iniciativa dos próprios pais ou profissionais da área, dividindo experiências e informações com os futuros pais adotivos. Nestes grupos os participantes verbalizam como enfrentam seus desafios, trocam experiências, debatem temas relacionados à adoção e assuntos voltados à criação e à educação de seus filhos. Questões como os preconceitos e o perfil da criança também surgem com frequência nas discussões desses grupos.

A interlocução entre pais que já vivenciaram a adoção e aqueles que esperam a chegada do filho tão desejado pode ser enriquecedora, contribuindo para a prevenção de dificuldades e alívio da ansiedade tão comuns ao processo de adoção. Os grupos de apoio à adoção proporcionam aos pais adotivos uma identificação em suas dificuldades e experiências.

Segundo Levy (2009), é essencial que entre pais e filhos adotivos se instale uma reciprocidade afetiva para a construção de relações autênticas na família que se estabelece. A aceitação da criança real no lugar da criança idealizada é fundamental para a integração mútua de pais e filhos. As crises advindas desse novo relacionamento, quando sedimentado em bases autênticas, não serão diferentes daquelas vividas em famílias com filhos biológicos.

Se o desejo de cuidar de uma criança não se transforma em vínculo afetivo, desafortunadamente poderá ocorrer a devolução de crianças mesmo depois de consumado todo o processo legal da adoção, sendo as mesmas apontadas pelos pais como causa do rompimento dessa relação. As razões alegadas são desde o mau comportamento da criança até mesmo problemas de saúde descobertos após a adoção. Mesmo os pais adotivos que passaram por um processo de habilitação e expressaram, na ocasião, o desejo de ser pais, não conseguiram desconectar a imagem do filho sonhado e idealizado daquela apresentada pela criança real. De acordo com Levy (2009):

“A construção de uma filiação depende de sujeitos que desejam exercer a parentalidade. Na filiação adotiva, assim como na biológica, espera-se que um vínculo seja construído e que a criança seja introduzida numa história familiar, sentindo-se parte dela. Espera-se, ainda, que os pais adotivos ou biológicos possam redimensionar a criança por eles imaginada, a partir da história que construirão com o filho; alguém que deverá ser percebido não como objeto adquirido para tamponar uma falta, mas como outro ser do qual advirão gratificações e frustrações” (p.63)

Quando a motivação de adotar uma criança, independentemente de sua idade, não estiver relacionada ao estabelecimento de vínculos paterno-filiais, o fracasso dessa adoção é real.

Para Dolto (1989) a adoção é a família que cada um dos pais dá à criança, um lugar nas duas linhagens, um lugar simbólico. É uma família de referência,

proporcionando à criança uma herança. Adotar significa tornar a criança feliz como ela mesma tem vontade de ser.

3.4

A criança adotiva

“A criança adotada é trazida como no parto, elas são “geradas”, elas “nascem”. São usadas várias expressões como metáforas de uma filiação biológica. E a finalidade da adoção é efetuar uma substituição completa da família biológica pela adotiva. Tudo isto se elabora, em princípio, sobre uma negação de que a parentalidade e a filiação adotivas são diferentes, ou, pelo menos, se apresentam de maneira diferente” (BRAGA, 2006, p.48)

Ao pensar na criança adotiva, estamos, de uma certa maneira, referindo-nos à criança que foi deixada por seus pais biológicos num cenário de dificuldades, sentimentos de abandono e impossibilidades. As crianças adotadas viveram a ausência marcante da mãe biológica num determinado momento de suas vidas, o que não lhes é desconhecido e não pode ser ignorado pelos pais adotivos. A respeito disso, Winnicott afirma que:

“É especialmente fácil para nós subestimar o efeito da perda nas crianças. (...). Mas a perda de um dos pais (...) pode roubar todo o sentido da existência, de modo que aquilo que tomamos erroneamente como vida é o inimigo da criança, uma vivacidade que engana a todos, menos à criança. A criança sabe que essa vivacidade tem um preço” (Winnicott, 1965, p.65)

Como já mencionamos anteriormente, as primeiras experiências do bebê com a mãe são de extrema importância para seu desenvolvimento emocional. Quando há falhas, abandonos ou maus tratos nessa interação, a fantasia de onipotência do bebê em relação ao poder de ser amado fica prejudicada, ocorrendo a possibilidade de dificuldades no estabelecimento de um objeto bom e confiável. Como afirma Melanie Klein (1959),

“uma atitude amorosa por parte da mãe muito contribui para o êxito desse processo. Se a criança coloca no seu mundo interno a mãe como um objeto bom e merecedor de confiança, um elemento de vigor é adicionado ao ego (...) o ego bom se desenvolve em grande parte em torno desse objeto bom, e a identificação com as boas características da mãe tornar-se a base para ulteriores identificações benéficas.” (p.30)

No caso da criança adotiva, cujas primeiras experiências foram de abandono, desamparo e “estranhezas”, as dificuldades serão maiores, já que o processo de identificação demandará um esforço maior ao aparelho psíquico, resultando numa série de identificações parciais e estruturando assim um ego mais frágil.

Freud (1926), em seu artigo “Inibições, sintomas e angústia”, descreveu certas situações específicas no desenvolvimento da criança que estão diretamente relacionadas com os sentimentos de ansiedade. Segundo Freud, “o ato de nascer é a primeira experiência de ansiedade, sendo assim a fonte e o protótipo da sensação de ansiedade” (p.88), ou seja, a separação da mãe no momento do parto enseja um grau de desamparo e ansiedade no bebê. Assim sendo, os demais fatores de ansiedade ao longo da vida estariam ligados, de forma semelhante, a essa ansiedade original.

No caso da criança adotiva, na maioria das vezes, os primeiros cuidados não foram exercidos pela mãe biológica. A separação não ocorre somente devido ao nascimento. A criança fica também privada de ouvir a voz materna, e de ter seu corpo cuidado, alimentado e acariciado por aquela que a gerou. Vivem de forma mais intensa essa situação, as crianças que passam na mão de diferentes pessoas antes de chegar ao lar adotivo, ficando expostas a intensas cargas de ansiedade, deixando marcas em seu desenvolvimento. Estas crianças, quando adotadas tardiamente, são marcadas por um forte sentimento de insegurança pelas privações afetivas vivenciadas com as sucessivas figuras significativas que fizeram parte de sua história.

De um modo geral, o sentimento de recusa por parte da mãe biológica tem início antes mesmo do nascimento da criança. Abadi e Lema (1989) afirmam que na criança adotiva percebe-se um duplo desprendimento, desde quando o bebê ainda está no ventre da mãe e depois que ela nasce. Diante disso, o nascimento ocorre de forma duplamente traumática. Torna-se necessária à criança uma adaptação quase que imediata a um novo corpo, como uma reação diante do fracasso materno, perdendo assim, o vínculo corporal anterior de maneira muito brusca.

Segundo Winnicott (1965), ao reagir aos fracassos maternos, o bebê produz uma *ameaça de aniquilação* ou ainda o que ele chama de *angústias*

inimagináveis. Esses fracassos não são sentidos pelo bebê como fracassos da mãe, mas como ameaças à existência pessoal do seu *self*. Esta descontinuidade inicial torna-se base para uma maior sensibilidade diante de situações de separação, possibilitando, no futuro, uma criança com medo de ser abandonada. Seria como uma marca, algo relacionado a sensações corporais desagradáveis vinculadas à falta de proteção e fragilidade, surgindo antes de qualquer informação que tenha recebido sobre suas origens.

Levinzon (2005) descreve essa situação de separação da criança adotiva de sua mãe biológica, com todos os aspectos que a envolvem, como representando uma ferida narcísica que fica intensamente gravada no seu psiquismo, e que vai se manifestar de uma maneira ou de outra no decorrer de sua vida no relacionamento com as pessoas e consigo mesma. Tal manifestação se dá como uma “falha básica” (Balint, 1993), efeito de um trauma no desenvolvimento da criança.

A história da criança antes da adoção fará uma grande diferença em sua vida futura. Crianças que vivenciaram diferentes ambientes provisórios, antes de serem acolhidas em uma família, apresentam um número maior de feridas emocionais, ou seja, “traumas cumulativos da adoção” (Levinzon, p. 45).

Outro aspecto importante na vida de uma criança adotiva é a formação da identidade que está relacionada a um processo permeado de indagações como: “quem sou eu?” ou “como sou eu?” e as respostas a essas perguntas são essenciais para a construção de sua personalidade. O bebê, desde cedo, começa a se perceber como sujeito e obter consciência corporal para se desenvolver e se organizar nos espaços, já que, ao nascer, o mesmo está totalmente ligado à mãe e não compreende os limites que os separam.

Levinzon (2005) relaciona algumas variáveis que contribuem para esse processo no caso da criança adotiva e entre elas está a qualidade das relações familiares, a inclusão da pessoa em uma comunidade, suas características pessoais, além dos diversos vínculos significativos que influenciam sua vida. A autora define a identidade como uma organização interna dinâmica que inclui objetivos, habilidades, crenças e a história do indivíduo. No caso da criança adotiva, uma pergunta, por vezes muito angustiante, faz parte de sua vida: “quem sou eu?”. Segundo Wieder, citado por Levinzon, (2004) a criança adotiva se utiliza da ideia de ter dois grupos. O autor afirma que:

“O fato de a criança ter dois grupos de pais como modelo de identificação pode fazê-la confundir a imagem deles. A palavra “mãe real” fica confusa para ela. Quem seria a mãe real, a mãe adotiva ou a biológica? E ela, a criança adotiva, seria real?” (p.75)

Compreende-se que algumas dificuldades no estabelecimento de um sentimento de identidade são comuns em crianças adotivas, e afloram principalmente na adolescência. Confirmamos esta situação quando vemos jovens iniciarem uma busca pelos pais biológicos na tentativa de compreender o que se passou, de observar suas fisionomias, verificar o que tem deles próprios naqueles pais, resgatando, assim, uma parte obscura de si mesmo.

De acordo com Levizon (2000), as vicissitudes na formação da identidade são, de certo maneira, uma decorrência natural no caso do adotivo, na medida em que há dois grupos de pais e uma origem muitas vezes desconhecida para a criança. Dentro desse contexto, a pergunta “quem sou eu?” pode nos dar inclusive uma medida de saúde mental.

“Quando essa pergunta não é formulada e a investigação, tanto do mundo interno quanto da história de vida concreta, é evitada, acreditamos que a definição de uma identidade se torna mais obscura e difícil de ser atingida.” (Levizon, 2000, p.36)

A construção de uma identidade para a criança adotada tardiamente é fundamental para inseri-la no contexto social em que vive. Para a construção dessa identidade é necessário um sentimento de continuidade com o passado.

Para Levy (2009), muitas das crianças institucionalizadas sofrem a privação da construção dessa identidade por não possuírem registro de nascimento, e pouca ou nenhuma informação sobre sua origem, devido à exclusão social do meio de onde vieram. Uma “auto-estima e uma identidade social positivas estão associadas a características valorizadas pelos grupos aos quais se pertence” (p.61)

Quanto mais longo for o período de institucionalização, maior será a possibilidade de que a criança construa sua identidade a partir do desejo de ter uma família, idealizada por ela no seu universo simbólico. A construção de uma identidade implica o reconhecimento de pertencer a um grupo familiar, ainda que totalmente desconhecido num primeiro momento. Ao ser introduzida nesse novo

grupo, cria-se uma nova identidade para essa criança, com novo sobrenome, ou até mesmo um novo prenome. A criança necessitará encontrar recursos internos para reorganizar sua identidade.

No caso das adoções tardias, a adaptação à nova situação demanda um esforço muito maior, uma vez que as lembranças de seu passado estão vivas em sua memória e não se adequam à sua nova condição de vida. Seu novo grupo familiar deverá funcionar como um continente para suas angústias e depositário de seu afeto. Essas crianças precisarão reconstruir vínculos primários e reorganizar sua imagem de acordo com os novos modelos de identificação.

Outro aspecto observado na criança adotiva são as fantasias relacionadas ao Édipo. Segundo Garma (1985), as crianças adotivas vivem um Édipo de forma diferente, tanto em sua pré-história, assim como em seu curso e resolução, resultando, na maioria das vezes, um ego mais fragilizado. A criança situa-se como um vértice comum de um duplo triângulo edípico tendo dois grupos de pais, os biológicos de um lado e os adotivos de outro. Com o abandono por parte dos pais biológicos, a criança muitas vezes é levada a fantasias de morte, delineando um mundo interno com fantasias de destruição.

Freud (1909), em seu artigo “Romances familiares”, explica a tendência da criança de “libertar-se dos pais que desceram em sua estima, e de substituí-los por outros, em geral de uma posição social mais elevada, (...) de melhor linhagem” (p.220). Para Freud, esses devaneios representam para a criança a realização de desejos e um reajuste da vida real. Como vimos, tanto as adotivas como as demais crianças, quase sempre, constroem fantasias de romance familiar e criam especulações sobre os pais imaginários.

Entretanto, no caso das crianças adotivas, a fantasia confronta-se com a realidade de suas vidas, ou seja, concretamente, tiveram outros pais. Esta lembrança traz, não, uma satisfação imaginária, mas uma carga grande de dor, confusão e desprazer.

Levy (2009), citando Ozoux-Teffaine, ressalta que haverá entre pais e filhos adotados a elaboração de um novo romance de origens, tendo como protagonistas a criança adotada, os pais da nova filiação, assim como aqueles que existem nas origens da criança e em cuja direção, poderá caminhar para construir a sua história de forma que nesta não haja hiatos.

Nesse processo de auto-reconhecimento, de construção de sua própria identidade, os pais do cotidiano e os pais biológicos, são confrontados com os pais idealizados e a criança tende a criar para si uma origem imaginária, sempre engrandecedora de seu próprio passado. A maneira como esse passado lhe foi narrado é essencial para que a criança aceite seus pais adotivos como pais. Se estes pais referem-se aos pais biológicos da criança desqualificando-os, provavelmente a criança sentir-se-á também desqualificada por aqueles que pretendem tê-la como filha e a quem ela deverá reconhecer como pais.

A história original da criança não pode ser anulada, ainda que, convenientemente, arquivada. É direito da criança abrir esse “arquivo” sempre que assim o desejar para fazer uma releitura de sua vida. “É preciso que tudo seja dito, que se aceite o risco de ouvir uma criança declarar: “Eu queria encontrar minha mãe de nascimento” (Dolto, 1998, p.99).

A criança adotiva, especialmente na adoção tardia, é confrontada com duas realidades: a do abandono como filha biológica e a da busca de ser filha legítima de pais adotivos. Esse processo pode lhe custar um espólio emocional muito além da sua capacidade de suportar perdas. Há nela duas perdas: a primeira, no momento em que foi deixada pela mãe biológica e a segunda, no momento em que deixou a instituição, que a acolheu, e onde viveu uma grande fraternidade com seus pares e, provavelmente, nenhuma maternagem. Há uma angústia aterradora diante da possibilidade de não ser aceita pela família adotiva. Acrescente-se, a isso, a sua percepção em relação à angústia vivida pelos pais adotivos que temem perdê-la, depois de longa busca pelas instituições e abrigos. Nessa situação, essas crianças, freqüentemente, cobram de seus pais excessivas demonstrações de afeto que lhes assegurem, verdadeiramente o lugar de filhos.

Ainda que sejam reais e muito freqüentes as situações de dificuldades na construção do papel de pais pelo casal, há muitos casos de adoções de bebês e de crianças maiores que foram bem sucedidas. Muitas vezes, um longo e difícil caminho foi percorrido antes de se alcançar o sucesso, sobretudo na adoção de crianças maiores. Quando a aceitação e a inserção completa da criança na família confundem-se com o desejo e a tentativa de apagar suas origens, o processo de adoção torna-se mais complexo e lento.

Entretanto, esse laborioso processo pode resultar em satisfação mútua para pais e filhos quando aqueles respeitam o sofrimento e tristeza da criança diante da sua história de vida. Winnicott (1965) com muita propriedade afirma:

“Se ficarmos por perto e esperarmos, geralmente seremos recompensados por mudanças reais na criança, que indicam uma tendência natural a recuperar-se da perda e do sentimento de culpa que a criança tem mesmo quando, verdadeiramente, não contribuiu para o trágico acontecimento”. (p.65)

Embora reconhecendo que os cuidados maternos iniciais são fundamentais para a saúde física e psíquica da criança, alguns autores consideram o potencial criativo, assim como a capacidade regenerativa da criança em busca de novos vínculos alternativos, fatores fundamentais para o sucesso em muitos casos de adoção.

Vargas (1998), em suas pesquisas realizadas sobre a adoção tardia, afirma que há várias situações em que as crianças superaram situações extremas de vida, criando recursos psíquicos extraordinários capazes de estabelecer com os pais adotivos uma relação afetiva e de relacionamento contínuo.

Alguns autores, como Bouvier (1999) e Cyrulmick (1999), defendem o conceito de resiliência como uma possibilidade de romper a idéia de que alguém que viveu experiências traumáticas esteja aprisionado em um ciclo sem saída. Eles enfatizam a noção de resiliência como a possibilidade de alguém que viveu experiências traumáticas superar os aspectos negativos do seu passado e construir-se como sujeito na adversidade. Na verdade, essas experiências não seriam apagadas, mas fariam parte da construção da história da criança, elaboradas de maneira simbólica. Essa resiliência seria constituída a partir da interação entre aspectos individuais, contexto social, quantidade e qualidade dos acontecimentos no decorrer da vida e os chamados fatores encontrados na família e no meio social (Lindström, 2001).

Assim, no caso de uma criança adotiva, uma situação de sofrimento ou conflito poderia fortalecê-la diante de outras situações semelhantes, gerando-lhe um menor nível de estresse.

Segundo Golse (2003), qualquer que seja a idade, o importante é observar as correlações existentes entre a narratividade, a forma de relação transmitida à criança e o tipo de esquemas de apego. O autor assim expressa:

“eu sou particularmente sensível a este aspecto das coisas porque me parece que as crianças adotadas nos contam igualmente, com muita frequência, algo de sua história inicial. Claro que não o fazem através da palavra, mas sim através das suas especificidades interativas, que são para elas um modo de comunicação, de dizer e de nos fazer compreender algo sobre o seu passado. Cabe a nós saber compreendê-las, evitando a dupla armadilha de querer evacuar esta história primeira ou, ao contrário, criar uma tela opaca, se opondo à co-construção de uma história com eles”. (p.68)

Nesse percurso da construção de uma nova vida em que passado e presente necessariamente se entrelaçam, há que se elaborar perdas ligadas a recordações e afetos e investir em emoções novas, estabelecendo novos vínculos. Não pode ser sonegado à criança o direito de abrir seu arquivo onde guarda sua história original e dela ressaltar e mencionar aspectos que lhe sejam mais dolorosos ou alvo de sua curiosidade.